



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL INDÍGENA

Thelma Lima da Cunha Ramos¹

Resumo:

O foco deste relato de experiência consiste em favorecer o reconhecimento, valorização e afirmação da diversidade étnico-cultural indígena na educação com uso das tecnologias digitais contribuindo para rupturas das imagens estereotipadas do indígena na escola através da implementação da Lei 11.645/2008. Buscamos catalogar e difundir outros saberes educativos comunitários invisibilizados da cultura indígena, bem como suas interseccionalidades para o fortalecimento da memória e tradição possibilitando visibilidade à produção dos movimentos sociais e educadores/as e o enfrentamento do racismo, por meio das tecnologias digitais no IFBA, nos campi Salvador e Porto Seguro. O percurso metodológico foi desenvolvido com a mediação das tecnologias digitais da informação e comunicação, possibilitando a publicização e difusão dos saberes étnico-culturais das culturas indígenas e de suas relações interétnicas com outros grupos étnicos, no contexto da Pandemia. Com uso das redes sociais do projeto no instagram, facebook e google sites. O universo do público alvo foi estudantes do Ensino Médio Integrado em Edificações, dos cursos de Licenciaturas em Geografia, Física e Matemática, além da Licenciatura Intercultural Indígena do Instituto Federal de Educação da Bahia, nos Campi Salvador e Porto Seguro e a comunidade interna e externa. Como resultado dessas ações extensionistas foi produzido um site denominado “KIJEMI DIGITAL DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICORACIAL: memórias e saberes educativos étnico-culturais comunitários em diferentes contextos histórico-culturais da Bahia”, por meio do uso da tecnologia digital do google sites que é disponibilizado gratuitamente e de fácil acesso aos usuários. Assim, observamos que são muitos os desafios enfrentados pelos povos indígenas em suas lutas e persistências no enfrentamento das relações interétnicas na sociedade brasileira,

¹ Doutoranda em Educação na Amazônia pelo Programa Rede Educanorte, Polo Universidade Federal do Amazonas. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus Salvador-Ba. email: thelma.lc.ifam@gmail.com Link Lattes: [Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6926143895894901](http://lattes.cnpq.br/6926143895894901)

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 2ª ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 12 DE FEVEREIRO A 09 DE ABRIL DE 2022.



bem como na superação da visão eurocêntrica e etnocêntrica que são transmitidas nos currículos da educação básica e dos cursos de formação de professores.

Palavras-chaves:

Práticas educativas; diversidade étnica indígena; Tecnologias digitais.

Introdução:

O termo “índio” utilizado nas escolas foi criado pelos colonizadores europeus para todos que habitavam as Américas antes do encontro/desencontro com os “brancos”, além dos demais termos utilizados como, por exemplo, “aborígenes”, “silvícolas”, “selvagens” ou “nativos” numa perspectiva pejorativa e depreciativa. Contudo, essas classificações não abrangem toda sua complexidade e diversidade étnico-cultural existente nas diferenças entre os povos indígenas, com suas tradições, crenças, valores e manifestações artísticas e culturais.

Segundo Gersem Baniwa (2006) as populações indígenas já habitavam há milhares de anos a América do Sul, muito antes da invasão europeia e a colonização. Sobre a ocupação humana dos primeiros habitantes das Américas, existem várias correntes teóricas e discussões sobre a migração de povos pré-colombianos no continente americano. Há vestígios de presença humana descobertos no Parque Nacional da Serra da Capivara, sudoeste do Piauí, com seu um imenso acervo cultural reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

De acordo com as Nações Unidas, as comunidades, os povos e as nações indígenas, compreendem:

aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos [...] (NAÇÕES UNIDAS, 1986, apud LUCIANO, 2006, p. 27)

O significado designado pelas Nações Unidas aos povos indígenas, permite o rompimento com os paradigmas eurocêntricos e etnocêntricos atribuídos a imagem do indígena no período da colonização. E contribui para o reconhecimento desses povos pela sociedade não



indígena, assim como possibilita a legitimidade das mobilizações e protagonismos indígenas na luta por seus territórios ancestrais e o fortalecimento de suas identidades étnicas.

Segundo Luciano (2006) é importante destacar a evidência recente no Brasil do fenômeno denominado “‘etnogênese’ ou ‘reterritorialização’”. Nesse, os povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais” (p.28). A partir desse fenômeno esses povos retomam suas identidades étnicas reafirmando seus valores, crenças e sua cultura tradicional.

Nesta perspectiva, este relato de experiência reflete sobre os resultados de ações extensionistas com enfoque o fortalecimento e difusão da memória e dos saberes educativos étnico-culturais comunitários dos povos indígenas, a partir da organização do Centro Digital de Educação para a Diversidade Étnico-Racial no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Salvador-Ba e Porto Seguro-Ba.

É necessário possibilitar o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação e incentivar sua integração na educação para a diversidade étnico-cultural a fim de potencializar a visibilidade e reconhecimento do conhecimento tradicional, de saberes e memórias, ciência e tecnologia dos povos indígenas na Bahia, através da implementação da Lei 11.645/2008.

O universo do público alvo foi estudantes do Ensino Médio Integrado em Edificações, dos cursos de Licenciaturas em Geografia, Física e Matemática, além da Licenciatura Intercultural Indígena do Instituto Federal de Educação da Bahia, nos Campi Salvador e Porto Seguro e na comunidade interna e externa.

As atividades foram desenvolvidas na perspectiva da interdisciplinaridade em diálogo com as áreas de Ciências Humanas e Linguagens e suas Tecnologias dos componentes curriculares dos cursos do Ensino Médio Integrado e das Licenciaturas em articulação aos saberes e práticas da história e cultura dos povos indígenas da Bahia.

Procedimentos Metodológicos

O percurso metodológico foi desenvolvido com a mediação das tecnologias digitais da informação e comunicação, possibilitando a publicização e difusão dos saberes étnico-culturais das culturas indígenas da região Sul da Bahia e de suas relações interétnicas com outros grupos étnicos, no contexto da Pandemia.



Foram utilizadas ferramentas digitais como aplicativos do canva, google forms, e plataformas virtuais como Even e Stremyard para a organização e catalogação dos materiais audiovisuais publicados através de eventos científicos, artístico-culturais e histórico-cultural, e, reportagens disponíveis em diferentes sites e redes sociais de instituições, redes virtuais de comunicação e dos movimentos sociais que tratem da educação para a diversidade étnico-cultural.

O projeto foi realizado com a participação direta de cinco estudantes bolsistas do Ensino Médio Integrado sob a orientação de uma equipe de professores pesquisadores que foi constituída por professores não-indígenas e professores indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, além de outras instituições públicas com seus representantes engajados à causa dos povos indígenas, no estado do Amazonas.

Resultados:

Como resultado dessas ações extensionistas foi produzido um site denominado “KIJEMI DIGITAL DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICORACIAL: memórias e saberes educativos étnico-culturais comunitários em diferentes contextos histórico-culturais da Bahia”, por meio do uso da tecnologia digital do google sites que é disponibilizado gratuitamente e de fácil acesso aos usuários.

Foram desenvolvidas atividades para a organização do centro digital de educação para diversidade étnico-cultural através do uso das tecnologias digitais a fim de mapear as memórias e saberes de grupos étnicos indígenas, bem como suas interseccionalidades para o enfrentamento do racismo com uso das tecnologias ampliando a difusão dessas histórias e culturas com as diferenças étnicas de cada povo indígena. O centro digital de educação Kijemi está localizado no google site do projeto, abaixo:

<https://sites.google.com/view/kijemidigital/publica%C3%A7%C3%B5es>

Além disso, desenvolvemos atividades formativas nas redes sociais para potencializar a interatividade com o público e as atividades do projeto por meio do instagram (<https://www.instagram.com/edip.ifba/>), e do facebook (<https://www.facebook.com/educacaoindigenaepandemia>) e uso da plataforma stremyard para sua transmissão e gravação dessas ações formativas, a fim de possibilitar a visibilidade da diversidade étnico-cultural dos povos indígenas a partir de redes sociais do projeto como o



instagram, evidenciando as suas interseccionalidades com outros grupos sociais possibilitando o rompimento com as imagens indígenas que foram historicamente negadas e estereotipadas nos cotidianos escolares e na sociedade brasileira.

Conclusão

A partir dessa experiência pedagógica mediada pelas tecnologias digitais da informação e comunicação, percebemos a contribuição da elaboração deste acervo digital para a aplicabilidade da Lei 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade da inclusão da história e cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na escola, buscando fazer articulação ao cenário da crise mundial da Pandemia mediada por tecnologias digitais, em meio às violações de direitos humanos fundamentais, políticos, econômicos e sociais dos povos indígenas.

Assim, observamos que são muitos os desafios enfrentados pelos povos indígenas em suas lutas e persistências no enfrentamento das relações interétnicas na sociedade brasileira, bem como na superação da visão eurocêntrica e etnocêntrica que são transmitidas nos currículos da educação básica e dos cursos de formação de professores.

Mas, a partir das mobilizações do movimento dos povos indígenas e suas articulações com os pesquisadores e professores indigenistas e o apoio das instituições comprometidas com a causa indígena, vislumbramos a possibilidade do reconhecimento, valorização e afirmação das diferenças étnico-culturais indígenas na educação mediados pelas tecnologias digitais.

Referências Bibliográficas

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SOUZA, Fábio Feltrin; WITTMANN, Luisa Tombini. (Organizadores). **Protagonismo indígena na história**. Tubarão, SC: Copiart; [Erechim, RS]: UFFS, 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato_2007/2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 10 mar. 2022.